

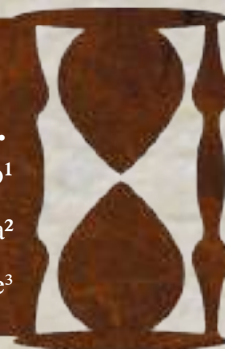
ENTREVISTA

Entrevista com o Senador Jader Barbalho.

Itamar Gaudêncio¹

Elcimar Maria de Oliveira Lima²

Luciana Aparecida Cabral Coelho Mazze³



¹ Doutor em História Social da Amazônia pela UFPA. Docente do IESP, Docente da ESMAC, Major da PMPA, Chefe do PM/8 do EMG.

² Doutora em Sociologia e Antropologia (UFPA/2018). Capitã da Reserva Remunerada, Auxiliar da 2ª Seção do Estado-Maior Geral da PMPA (EMG/PMPA).

³ Especialista em Gestão de Pessoas e Segurança Pública pela UFPA. Bacharel em Direito pela UFPA. Bacharel em Defesa Social e Cidadania pelo IESP. Comunicadora social pela PMBA

Jader Fontenelle Barbalho é advogado e Senador da República. Iniciou a carreira eleitoral como vereador (1968-1970) e, em seguida, tornou-se presidente da Executiva Municipal do MDB de Belém, em 1967. Ocupou o cargo de Deputado Estadual (1971-1974), Deputado Federal (1975-1982; 2003-2010), Governador (1983-1987; 1991-1994) e Senador (1995-2001; 2011-2018). Desde 1982 é presidente do Diretório Regional do PMDB do Pará e no Diretório Nacional do PMDB, foi presidente (1998-2001). Passou a ocupar cargos de destaque nacional pelo partido: Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário (1987-1988) e da Previdência e Assistência Social (1988-1990); no Senado foi líder do PMDB (1995-2001) e presidente (2001). Em 2018 foi eleito Senador pela terceira vez. Recebeu-nos na Sala de Reuniões da RBA, em Belém, no dia 07 de junho de 2023, para uma entrevista de 2h52min de duração.

- **ENTREVISTADOR 1: Boa noite a todos [...] O seu pai, que era Deputado [Estadual], o senhor mostra que a influência dele na sua prática política desde a infância, como jovem, essa questão do trabalho, do comércio, tudo. E o seu pai é cassado no Regime Militar de [19]64. E aí, eu lhe pergunto: O senhor assume o governo do Estado na Redemocratização. [...] como foi assumir o Governo do Estado em 1983 com um governo no âmbito Federal administrado pelos militares?**
- **ENTREVISTADOR 2: O senhor me permite? Temos uma pergunta que está relacionada. Para o senhor não voltar a ela depois. Nesse período que o senhor assumiu o governo na década de [19]80, considerada a “Década Perdida” por conta da crise econômica. O senhor assume o governo ainda no período militar. Quais dificuldades que o senhor encontrou não somente em relação ao Governo Militar, mas em relação à construção do Estado, as dificuldades econômicas enfrentadas e as dificuldades em relação à Segurança Pública?**

SENADOR JADER: Esse período de 1964, eu já estava muito antenado. Eu assisti à posse do primeiro governador militar no Pará, [...] em frente ao Palácio Lauro Sodré, que era a sede do Governo. [...] assumia o primeiro governador militar do Pará, que era o Jarbas Passarinho. [...] Eu era frequentador das galerias da Assembleia Legislativa. Como tantos ouvintes, eu ia me sentar para assistir os debates parlamentares, fardado de estudante. [...]

[...] E, em 1966, eu me elegi Vereador em Belém. Eram quinze vagas. O MDB [Movimento Democrático Brasileiro]³ só elegeu quatro das quinze. A Arena [Aliança Renovadora Nacio-

nal], que era o partido do Regime Militar, elegeu onze. [...] Então, eu comecei ali, na Câmara Municipal de Belém. E era difícil fazer oposição. [...] E resolvi, então, partir para organizar o MDB no Pará, quando veio o AI-5, o famigerado Ato Institucional nº 5.

Depois disso as coisas ficaram mais difíceis. [...] E eu estava na casa da minha namorada, que era a Elcione, Deputada Federal atual, mãe do Helder e do Jader Filho, quando deu em edição extraordinária na TV Marajoara [...] que o meu pai havia sido cassado. Eu corri para casa para me solidarizar com ele, mas meu pai é uma figura fantástica. [...] “Não te preocupa. Eu estou satisfeito”. E eu: “Pai como é que o senhor pode estar satisfeito?”. “Porque eu não sabia que eu era uma figura importante. Eu não sabia que eu era uma figura que incomodava e com esse ato, eu estou sabendo que, efetivamente, eu incomodava”. [...] O meu pai conseguiu, na surdina, a primeira CPI [Comissão Parlamentar de Inquérito] naquele Regime, que era para investigar o Secretário de Segurança Pública, que se chamava José Magalhães e o Diretor do Detran [Departamento de Trânsito do Estado], que era um Coronel da Aeronáutica chamado Ronaldo Raposo. [...]

A partir daí, então, recebo a sede do MDB. [...] Recebo as chaves do partido dentro de um envelope grande com um cartão, porque os outros deputados estaduais do MDB na Assembleia, em solidariedade ao meu pai, resolveram renunciar. [...] E aí, eu saí para percorrer o interior do estado. Eu era um vereador da capital, tinha um nome muito conhecido, tinha uma boa comunicação. E na eleição seguinte fui candidato a Deputado Estadual e tive uma votação espetacular, em [19]70 [...] Muita coisa acontecia e nós nem sabíamos. Nessa época acontecia a Guerrilha do Araguaia e nós nem sabíamos aqui em Belém o que estava acontecendo no Araguaia. Eu organizei o partido, fui eleito Presidente Regional e a partir daí, assumi a liderança estadual do MDB [...] na eleição seguinte eu me candidatei a Deputado Federal. Foi 1966, Vereador; 1970, Deputado Estadual; 1974, Deputado Federal mais votado do Estado. E foi uma coisa assim, foi uma vitória espetacular.

Eu segui então para Brasília em 74. E aí, eu passei a conviver com figurões da política nacional. Assisti os momentos difíceis em Brasília. Estávamos em pleno período militar. Em 1975, foi quando houve a distensão política patrocinada pelo Presidente [Ernesto Beckmann] Geisel. [...] Então, eu passei a fazer carreira nacional e aqui no Estado, eu consolidava a minha liderança.

Na primeira eleição, depois do mandato de Deputado Federal [1978], eu tinha que ser candidato a Deputado Federal de novo porque eu não tinha idade para concorrer ao Senado da República, porque a Constituição exigia, no mínimo, trinta e cinco anos e eu tinha trinta e três. E eu concorri novamente a Deputado Federal e tive uma votação estrondosa, espetacular nessa minha reeleição. E aí, estava claro que eu havia consolidado a liderança, e que na primeira oportunidade que houvesse eleição para governador, eu era um forte candidato a governador do Estado. O que acabou ocorrendo na eleição de 1982, quando eu me elegi pela primeira vez Governador do Pará. [...]

Eu assumi em 1983 e iniciei, então, a minha fase de atuação no Executivo. Uma fase muito interessante. [...]

- **ENTREVISTADOR 1:** Nesse exercício de transformação, de reestruturação do Estado, o senhor encontrou a Segurança Pública um pouco deficitária, não é? O senhor tinha dificuldades finan-

ceiras para administrar o Estado, precisou buscar recursos com o Ministro Delfim Neto. [...] o senhor é o responsável pela criação do Estatuto dos Policiais Militares, pela criação de várias vantagens para estes profissionais: DAS, Gratificação e Indenização de Moradia, Gratificação de Habitação, ampliou os valores dos adicionais de Inatividade (45% para quem vai para a Reserva Remunerada com mais de 40 anos de serviço e de 35% para quem vai para a Reserva Remunerada com mais de 30 anos de serviço). Então, nesse contexto de falta de apoio do Governo Federal como o senhor conseguiu fazer tanto pela profissão e pela carreira dos policiais militares?

SENADOR JADER: Olha, em primeiro lugar, eu considero que os profissionais da Segurança Pública são essenciais, essenciais. Seja em um país como o Brasil, seja nos Estados Unidos, seja na Alemanha. Em qualquer parte, os profissionais da segurança pública têm um papel da maior relevância e que eu sempre respeitei. [...] Então, eu investi tanto na Polícia Civil e, de modo especial, na Polícia Militar.

[...] Teve um oficial da polícia que se elegeu Deputado Estadual, Eladyr Nogueira Lima.⁷ Ele era uma pessoa que me ajudou muito a mudar a legislação. A história dele era na Polícia, né. Ele me levava as coisas, me sugeria. Eu estudava, mandava estudar. [...] E eu, interessado exatamente em reconhecer a importância. E a importância não se reconhece apenas com a fala, com o discurso. Se faz, fundamentalmente, na prática e com atos. E eu, inclusive, além do Nogueira Lima, eu tive uma pessoa, eu tinha uns velhinhos que me ajudaram muito no governo: o General Rubens Vaz, um velhinho que morava na Braz de Aguiar; o outro, que foi meu chefe de Gabinete na Casa Civil, que era da Academia Paraense de Letras, o pai do Georgenor Franco; e um outro velhinho que morava na Assis de Vasconcelos, o Doutor Inocêncio Coelho. E o General Rubens Vaz me ajudou muito. Ele conhecia muito a estrutura militar. Tinha um problema, inclusive, da questão salarial, que era a questão do teto. Como havia a repercussão, e eu, quando assumi, a diferença era muito grande entre o Coronel da Polícia Militar, que os vencimentos se equiparavam aos do Capitão do Exército. Era uma diferença muito grande. E o General Rubens Vaz foi um que me ajudou muito a estudar para melhorar toda essa situação, porque tinha uma repercussão que batia do Coronel, lá em cima até o Praça, lá embaixo. Então, nós fizemos o possível, exatamente, e não digo isso para ser simpático com vocês, até porque eu não sei se serei candidato mais a qualquer coisa nesse estado, que já foi um povo muito benevolente comigo, por reconhecer o papel da Segurança Pública. Inclusive, o aumento do contingente da Polícia Militar, que era uma coisa que me preocupava, pelas estatísticas da defasagem ao longo do tempo, no estado de dimensão continental como o nosso. Eu ficava imaginando como, às vezes, dois policiais podiam dar conta de um episódio mais grave que ocorresse no município. Como? Como era possível, no estado de dificuldades de comunicação? Então, tudo isso me estimulou de que a questão da segurança pública era fundamental e, de modo especial, a infraestrutura da Polícia Militar era fundamental. E, na medida do que eu pude fazer com os recursos do Estado, porque a maior parte do que eu investi no Estado, foram recursos próprios [...]

ENTREVISTADOR 2: Eu gostaria de perguntar para o senhor, em relação à segurança Pública, visto que ao assumir o Governo do Estado, o país ainda estava em um período de transição democrática, o senhor encontrou uma Polícia Militar que vinha de uma filosofia de manutenção da ordem e que trabalhava muito mais voltada para o aquar-

telamento e a Polícia Civil era a instituição que fazia o atendimento ao público. E, no período do seu governo, a Polícia Militar sai do processo de aquartelamento e inicia o processo de atendimento ao cidadão, de policiamento ostensivo. O senhor encontrou resistências na polícia? Em caso positivo, quais resistências o senhor encontrou para a implantação da atuação policial voltada para o atendimento ao cidadão? Como o senhor driblou as resistências? Quais parceiros na polícia militar o senhor encontrou e que lhe auxiliaram a implantar essa filosofia de atuação voltada para o atendimento ao cidadão?

SENADOR JADER – O problema todo era o seguinte: as polícias militares no Brasil sofreram um processo de intervenção no Regime Militar. Chegaram inclusive, a ser comandadas por Oficiais-Generais das Forças Armadas, do Exército e que iam ser comandantes da Polícia Militar. [...] Não foi só aqui. Foi em nível nacional. [...] Então, é um período de transição que eu acompanhei e, devo dizer também, que encontrei na Polícia Militar. Abstrai a história de “jarbistas” e “alacidistas”, os dois coronéis que eram líderes da política do Pará. Então, havia grupos. Eu quero dizer que, habilidosamente, eu ignorei a existência de grupos. A minha visão sobre a Polícia Militar era de que a Polícia Militar não podia ter grupo políticos. Não podia ter grupo “jaderista” dentro da Polícia Militar. É uma instituição de Estado. Então, não tem porque ter vinculações de natureza política. Aliás, a Constituição estabelece que militar que quer fazer política, se candidate e vá para a reserva, não é? Não só na Polícia Militar, mas no Exército, Marinha e Aeronáutica. [...] Eu passei a ter um diálogo com todos e fui auxiliado por muita gente, como o General Rubens Vaz, por outras pessoas, e me relacionando com todos, e conversando com todos, e demonstrando que eu não ia, absolutamente, aceitar grupos e o que eu queria era uma grande Polícia Militar que servisse o povo do Pará.

E aí, enfrentamos, como eu já disse, não só na área de segurança, mas em outras áreas, enfrentamos a questão financeira e fomos procurando melhorar as condições e fomos conseguindo ampliar o número de policiais militares, que era fundamental. Às vezes, eu olhava municípios do Pará: “Mas como, meu Deus? Não tem. Só tem um, dois. É certo isso?” Quer dizer, formar batalhões no interior do Estado, não é isso? Até Salinópolis, o maior balneário nosso, quem colocou, implantou a Companhia de Polícia lá, fui eu, que fica lá no Maçarico. [...] Então, essa área de segurança para mim sempre foi uma área prioritária.

E, também, eu consegui... tinha um grupo na Polícia Militar, que era um grupo de matadores, eu acho que era PATAM, não é? Então, eu me lembro de um episódio que eles pegaram um jovem que saía de uma festa, lá no bairro do Coqueiro. Meu Deus do Céu! Quando eu vi a fita... Porque eles pensavam que todo mundo estava morto e tinha um que não estava e que gravou. Nesse dia eu reuni e nesse dia eu extingui o PATAM. Polícia é para dar segurança ao cidadão e não criar insegurança e um policial quando se aproxima de um cidadão, homem ou mulher, criança ou idoso, tem que transmitir o sentimento de segurança, de proteção, não de violência. Evidentemente, que há momentos difíceis, onde o próprio policial em legítima defesa, tem que se defender. Ele tem que se defender. Eu até dizia para o pessoal que ia fazer a ronda à noite. Eu dizia: “Olha, bandido atirando, vocês não têm conversa. Vocês são pessoas humanas, vocês têm família. Um policial quando sai de casa de manhã, se ele trabalha em área de alto risco, ele não sabe se volta para casa e ele tem direito a ter a segurança”.

- **ENTREVISTADOR 2: O senhor trouxe para o estado do Pará a filosofia de polícia comunitária com a implantação dos PM-Boxes. Onde o senhor buscou inspiração para trazer essa nova forma de policiamento?**

SENADOR JADER: [...] Um PM-Box era uma reivindicação da comunidade. [...] A comunidade achava que tendo um PM-Box no seu bairro, por perto, era um instrumento de segurança. Então, era uma reivindicação. Não era uma política inventada pelo governo. Era uma reivindicação da própria comunidade, da própria sociedade que achava que o PM-Box era um ponto de segurança da comunidade. [...].

- **ENTREVISTADOR 2: Senador, não estava no rol de perguntas, mas foi instado aqui pelas nossas mulheres, pelas nossas historiadoras a perguntar ao senhor a respeito do ingresso das mulheres na polícia militar, que foi, ainda no ano antes do senhor assumir, mas o senhor assumiu o governo recebendo esse novo contingente, que era uma novidade no Brasil e ainda não em todos os Estados brasileiros, em 1982. Em 1983, quando o senhor chegou, o senhor encontrou a primeira turma de mulheres e nesse primeiro governo não houve uma expansão ainda do contingente feminino, mas, quando o senhor assumiu seu segundo o governo, o senhor abre vagas para as mulheres para o curso de oficiais e para as praças, que é quando eu já entrei, no curso de praças. O senhor abre vagas não na carreira inicial, no caso das oficiais, para o curso de oficiais, mas no caso das praças, também para sargento, para cabos, e o senhor recebeu bem essa coisa? Como o senhor vê esse ingresso de mulheres nessa Instituição, nesse processo de redemocratização, de aproximação com a comunidade, o senhor via que as mulheres poderiam humanizar um pouco essa relação? Aproximar melhor?**

SENADOR JADER: Olha, eu não tenho a menor dúvida. Não só nesse campo da segurança pública, mas em todos os outros campos. Em um lugar, eu acho que paisagem boa é onde tem homem e mulher. [...] É da civilização, essa ocupação. Evidentemente que nessa área da segurança pública é uma questão fundamental. Por isso mesmo eu vi sempre com muito bons olhos, porque na questão da segurança pública envolve a comunidade com homens e mulheres. E evidentemente que a participação profissional da mulher é fundamental.

Eu confesso que sempre vi essa participação primeiro como uma conquista da sociedade, nesse caminhar civilizatório. Se você verificar nessa história do mundo, não só nessa área de segurança, essa presença da mulher, sofreu ao longo do tempo muitas restrições. Em determinadas profissões, você ver uma mulher... Você tolerava a mulher fundamentalmente como professora, mas em outras áreas era uma dificuldade muito grande. Logicamente que eu vi isso, em primeiro lugar, a segurança pública atuando em uma comunidade formada por homens e mulheres, como é que fica? Como é que fica quando uma determinada prisão que tem que ser feita, de uma mulher ou de mulheres? Em uma revista, como é que fica o constrangimento de uma revista que é necessário a ser feita [em uma mulher]? Então, logicamente que eu festejei esse fato, entendendo, logicamente, que esse é um caminhar civilizatório não só na área da segurança, mas de outras áreas onde a mulher teve, ao longo da história, dificuldades para ser reconhecida e ocupar o seu espaço.

- **ENTREVISTADOR 3: O senhor angariou muita simpatia pela forma como o senhor atendia as demandas dos interiores que o senhor falou lá do início, ainda pensando no cargo de vereador, o senhor foi para os interiores e foi lá que o senhor conseguiu aquele grande apoio popular. A expansão da Polícia Militar do interior do Estado seguiu essa dinâmica de atendimento de segurança pública, de atendimento dessa demanda populacional nos interiores, considerando que**

o senhor falou da questão da reestruturação, de obras estruturantes, abertura de vias. E antes a gente não tinha essa acessibilidade que a gente tem hoje. É muito difícil chegar em muitos serviços, em especial no plano da segurança pública, a esses lugares. Qual o seu sentimento em relação a isso, a tudo que o senhor conseguiu realizar, por todos os serviços essenciais, como já foram listados, mas em especial, pela segurança pública no nosso Estado?

SENADOR JADER: Olha, devo registrar que eu adotei, como governador, as reuniões regionalizadas. Estas reuniões regionalizadas me davam um apoio enorme, porque eu levava toda a minha equipe de governo, convidava membros do parlamento, e atendia município por município. [...] não tinha partido político, vereadores, juiz de direito, promotor público, um defensor público. Todos falavam, nós gravávamos e eu anotava e mandava dar orientação para o secretário, para o titular do órgão.

Depois de ouvir todo o auditório, eu suspendia a reunião por duas horas. Aí a reunião era só com a equipe. Os assuntos da área educacional, reivindicaram isso, isso e isso. Ele tinha anotado. Eu tinha anotado, o pessoal da taquiografia tinha anotado. Ai, vinha o pessoal da saúde. Aí vinha a área de segurança. Essas reivindicações surgiam não só na área da segurança, mas de todas as outras áreas, da comunidade. Era a comunidade que dizia para nós. Eu dizia: “Você fazer um planejamento para a capital sem ouvir quem efetivamente sabe qual é o problema que está vivenciando é um equívoco”. Podemos ter excelentes técnicos da capital, teóricos, mas era a comunidade que dizia para nós em cada área o que era fundamental, prioritário e essencial.

Eu fazia um caderno impresso de cada reunião desta porque se chegasse uma pessoa daquele interior e dissesse: “Governador, o senhor fez aquela reunião, houve aquele compromisso, essa coisa toda, mas não foi feito”. Eu pegava o caderno e na hora eu pegava o telefone vermelho [...] A questão da segurança pública e das outras áreas, surgiu nestas reuniões administrativas regionalizadas. Eu fiz isso por todo o Estado. O planejamento não era a Seplan [Secretaria de Estado de Planejamento] que fazia. O planejamento feito aqui era reflexo das reuniões que nós fazíamos por toda parte e cheguei a fazer também aqui em Belém, em bairros: na cremação, no Jurunas, na Estrada Nova, lá na área da Radional, que era uma área da Polícia Militar, que eu tirei da Polícia Militar e dei para a população.[...] Na área de segurança, grande parte dessa questão da eficiência, as necessidades que havia eram exatamente fruto dessas reuniões administrativas, regionalizadas.

- **ENTREVISTADOR 3: Em todos os seus governos é nítido que o senhor tinha essa proposta de fortalecimento de todas as áreas. Nós estamos focando na segurança pública, mas é notório que foram em todas as áreas que esse fortalecimento aconteceu. A sua agenda era de valorização, não só de quem era atendido pela Polícia Militar, mas da própria Instituição, numa reformulação salarial, valorização de pessoal, que a gente sabe que conta muito e que isso tem, inclusive, sido intensificado atualmente, já com o atual governador do Estado. E o senhor que é um político que tem uma vida notória, expressiva, de êxito no Estado do Pará, é uma das nossas maiores representatividades políticas, o que o senhor visualiza que pode fazer pelo nosso Estado e pela nossa segurança pública?**

SENADOR JADER: [...] Eu exerço um mandato de senador que tem obrigação de estar em sintonia com o que ocorre no Pará e reivindicar por todos os instrumentos que eu

possa reivindicar. Ajudar o Governo do Estado no que eu possa para que possa ampliar o seu atendimento, inclusive na área de segurança pública. [...] Se uma pessoa está doente, não adianta só a minha solidariedade verbal. Eu tenho que arranjar recursos para a pessoa se tratar, para comprar remédios, ter atendimento médico e hospitalar e isso se faz com recursos financeiros. Minha luta é para conseguir recursos financeiros. [...]

Eu acho que eu ainda tenho que o que é fundamental. Eu ainda tenho muito apetite para fazer, buscar continuar sendo instrumento do povo do Pará, até como retribuição a tudo o que o povo do Pará fez por mim. Nesse retrospecto, o que eu fui, os cargos que eu ocupei, tudo eu devo ao povo do Pará. Tudo ao povo do Pará! [Tudo] a Deus e ao povo do Pará. [...]

[...] Em 1990, o cerco fechou. Eu devo ao povo do Pará. Eu tenho a obrigação de dizer isso. Eu não digo isso de forma demagógica não. E mais: devo, no Pará, fundamentalmente aos mais pobres. Os mais pobres nunca me faltaram. Nunca me faltaram. Ajudei muita gente, gente rica ou metida a rica. Agora os mais pobres, como uma professorinha lá numa vila em São Miguel do Guamá, quando eu fui participar de um evento lá da prefeitura e ela me chamou e disse: “Doutor ‘Jarde’ (eu sou muito chamado de Doutor ‘Jarde’). Não sei por que tiram o R lá do final e colocam no meio) o senhor vem aqui na minha casa?” [...] Fui lá. [...] aí tinha minha fotografia no meu calendário com a faixa de governador, junto com uma estampa de Nossa Senhora de Nazaré e uma vela acesa. [...] Eu vi minha fotografia lá e disse: “Muito obrigado, muito obrigado mesmo. Eu preciso de reza mesmo. Reze, reze por mim”. Aí ela me pegou pelo braço: “Agora vem aqui no meu quarto”. Aí, eu fiquei pensando: “Se fosse uma mulher jovem, eu já ia ficar cismado. [...] Eu fui lá [...] Ela abriu o guarda-roupa e atrás da porta [...] tinha outro calendário meu, outra fotografia minha. Aí eu disse assim: “A senhora já não tem lá na sala? Como é a que a senhora tem aqui?” Ela disse: Então muito obrigada”.

- **ENTREVISTADOR 3: Senador, encerramos aqui as nossas perguntas. O senhor gostaria de fazer algum adendo?**

SENADOR JADER: O adendo que eu quero fazer é ter ficado extremamente gratificado com a visita de vocês. Não imaginei que ia contar tantas coisas no depoimento. Égua, vocês são terríveis, são policiais. Arrancaram do depoente até mais do que ele imaginava.

- **ENTREVISTADOR: Não foram 6 horas, mas foram 2 horas [risos]. O senhor diz que agradece, que tem muito a agradecer ao povo do Pará por ter lhe dado, ao longo de toda a sua carreira e esses mandatos. Mas na verdade, conhecendo a sua história agora, debruçado na sua história para a gente poder realizar essa pesquisa, tenho certeza de que a maioria também vai confirmar o que eu digo, é que a gente passa a conhecer o grande político que foi e a sua importância para o Estado do Pará. Então, na verdade, somos nós que temos que agradecer ao senhor por tudo que fez pelo Estado. [...]**